



A (In) Visibilidade Feminina na Imprensa: Memórias do Jornal O Estado de São Paulo¹

Tânia Regina de Faveri Giusti²
Claudia Nandi Formentin³
Faculdade Satc, SC

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar de que maneira as mulheres eram apresentadas em matérias publicadas nos jornal O Estado de São Paulo entre os anos de 1964 e 1968. Para tanto definiu-se como objetivos específicos: identificar em que contexto eram inseridas as matérias jornalísticas que serão apresentadas bem como mapear e analisar como as mulheres são apresentadas pelo referido jornal, verificando se há a presença das mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar. O que foi possível perceber ao final deste estudo é que as mulheres aparecem em matérias cujo cenário apresentado caracterizava-se por ser aquele em que socialmente é definido como sendo próprio do gênero feminino havendo pouca referência às mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar, vigente no Brasil no período estudado por esta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Jornalismo; Gênero.

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar, de 1964 até 1985, deixou marcas no país que dificilmente serão apagadas. Censura, torturas e mortes foram apenas algumas das atrocidades vivenciadas por muitos brasileiros que lutaram contra o regime instaurado no país que durou 21 anos. Um grande número de cidadãos lutou para que as bases democráticas voltassem a gerir o país. Muitas brasileiras fizeram parte desta luta, porém, muitas pessoas não têm conhecimento de sua dimensão.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinres do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Jornalista formada pela Faculdade Satc-SC, email: taninhag@gmail.com

³Jornalista, Mestre e Doutora em Ciências da Linguagem. Professora da Faculdade Satc-SC, e-mail: formentinnandi.claudia@gmail.com

Desde a Revolução Industrial a classe feminina luta contra o preconceito, exigindo igualdade e direitos. Luta, portanto, há tempos, é uma marca da mulher. Na época dos “Anos de Chumbo” brasileiro não foi diferente, a mulher também precisou enfrentar muitas barreiras para poder lutar. Muitas vezes dos seus próprios companheiros militantes, dos militares e da imprensa.

Ao se depararem com notícias da atualidade, muitos ficam perplexos ao saber que o “sexo frágil” também foi torturado e morreu lutando contra o regime. Em 2013, a Comissão Nacional da Verdade divulgou que 28% dos 379 desaparecidos listados pelo órgão são do sexo feminino. Vale ressaltar que muitas mulheres catarinenses, e criciumenses, estudavam em Florianópolis e acabaram indo militar em São Paulo e em outras cidades do sudeste.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar de que maneira as mulheres eram apresentadas em matérias publicadas nos Jornal O Estado de São Paulo entre os anos de 1964 e 1968, período em que o Brasil vivia os anos mais severos da Ditadura.

Para tanto definiu-se como objetivos específicos: avaliar até que ponto estes diferentes registros nos informam sobre os limites, as possibilidades e a legitimidade da atuação feminina, e identificar em que contexto eram inseridas as matérias jornalísticas que serão apresentadas bem como mapear e analisar como as mulheres são apresentadas pelo referido jornal. Diante disso, questiona-se: É possível verificar no Jornal O Estado de São Paulo a presença de mulheres participantes de grupos de oposição ao regime militar estabelecido a partir de 1964?

Conforme Machado (2008), nas fotos da passeata dos “Cem mil”, ocorrida no Rio de Janeiro, no ano de 1968, muitas mulheres, de braços dados com homens, podem ser identificadas na multidão (Figura 1). Apesar delas estarem lá, poucas são as referências, nos livros de história ou nos jornais. Tal silêncio é percebido em outras imagens de manifestações e passeatas que pediam o fim da ditadura.

Figura 1: Jornalistas mulheres protestam contra a Ditadura



Fonte: Blog Jornalista Fátima Chuecco⁴

Assim, este trabalho é considerado um estudo de caso na medida em que os materiais analisados procedem de um único veículo: o jornal O Estado de São Paulo no período já apresentado. A análise destas materialidades se deu sob a ótica de teóricos como Bourdieu (1999) e sua leitura a partir de Moreno (2013), que apresentam um conceito de violência que vai além da agressão física. É o que se chama de violência simbólica, ação que é praticada, mesmo que involuntariamente, pelos meios de comunicação ou pela própria sociedade, que reproduzem um discurso social dominante, diminuindo a mulher a dominada, inferior. Essa violência não se aplica somente a mulher, mas também aos estereótipos de raça e classe.

2. MULHER: LUTAS E CONQUISTA – gênero, preconceito e sociedade

São poucos os livros e publicações que falam da mulher e de suas lutas, até o período da Revolução Industrial e do início do Movimento Feminista, que teve seus primeiros desdobramentos na Europa, em 1848. No Brasil, a realidade não foi diferente.

Quando alguém se dispõe, afinal, a contar uma história das mulheres velhas, mesmo do tempo mais recente, como o século passado e a primeira década do presente, neste caso, enfrenta a escassez de pesquisa e de documentação sistemática. (MOTTA, 1998, p. 86)

Para falar sobre as mulheres, não se pode deixar de falar sobre o conceito de gênero. De acordo com Nogueira, Felipe e Teruya⁵ citando Guacira L. Louro (1997) a

⁴Blog jornalista Fátima Chuecco. Disponível em <<http://jornalistafatima.blogspot.com.br/2013/05/buyling-contra-jornalistas.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2014.



expressão gênero começou a ser utilizada para marcar que as diferenças entre homens e mulheres não são apenas de ordem física e biológica.

Segundo os autores, a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. O sexo é atribuído ao biológico o enquanto gênero e é uma construção social e histórica. A noção de gênero aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino (BRAGA, 2007). Foi somente com os avanços tecnológicos e da própria sociedade, que as mulheres conquistaram seus primeiros espaços, informa Motta (1998). Quase não há personagens femininos antes de 1960 – salvo algumas exceções de mulheres de privilegiada condição social – nesta época, os primeiros movimentos sociais no Brasil começam a emancipar as mulheres, entre eles: o estudantil, feminista e negro. Dessa forma, como já mencionado, há poucos registros bibliográficos. As entrevistas e histórias contadas pelas tias, avós ou mães, são os mais valiosos registros que ainda temos a oportunidade de transformar em ricos materiais.

Para suprir o escasso registro social de vida dessas mulheres do passado, um dos recursos possíveis é a história oral, as lembranças de mulheres que são velhas hoje e recordam seu tempo de jovem, as omissões e as pressões sociais exercidas sobre as mulheres de várias idades. (MOTTA, 1998, p.86)

No entanto, em alguns períodos da história, alguns fatos marcantes envolvendo as mulheres foram registrados. Como por exemplo, na atuação em discussões da Sociedade Brasileira para o Progresso Feminino pelo direito ao voto em 1932.

Nas décadas seguintes, as diferenças sociais continuam a ser o fator determinante para moldar que “tipo” de mulher estava presente na sociedade. De acordo com Motta (1988), as classes dominantes tentavam se constituir como famílias nucleares, com os homens sendo chefes de família e a mulher cuidando dos afazeres domésticos. Porém, algumas conquistavam certo grau de independência quando aliavam a casa e os filhos, à participação em Movimentos Sociais e Culturais, como o sufragismo e a Semana de Arte Moderna de 1922. Já nas classes populares, as mulheres, muitas vezes as avós, eram quem criavam os netos e chefiavam as casas.

⁵ Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf Acesso em: 25/06/2014



Com a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, no campo internacional, as mulheres começam a ingressar no mercado de trabalho. Ainda segundo Motta (1998), elas se tornam necessárias como substitutas dos homens que vão para a frente de luta - e essa participação razoavelmente longa, poderá provar sua capacidade funcional e eficiência social.

Entretanto, no Brasil, essa participação é menos significativa e lenta. Mesmo com as vitórias do Movimento Sufragista, as mulheres não haviam alcançado ainda a independência econômica, que somente o trabalho bem remunerado lhes daria, como base para conseguir e manter a autonomia social e política. Nos anos seguintes é que a participação feminina no mercado de trabalho começa a crescer, e as primeiras profissões surgem. Entre elas, estão as professoras, enfermeiras e assistentes sociais. Mesmo com esses avanços, o preconceito contra o trabalho feminino, persiste:

Mulheres que são velhas hoje lembram como, nessa época, resistiram. Histórias que não foram escritas, mas são rememoradas ainda com paixão. Por exemplo, a greve de fome a que uma delas conta ter, intuitivamente, recorrido, para obter a aquiescência da família para submeter-se ao exame de admissão ao ginásio (primeiro grau), no início da década de 1940 e, vitoriosa, a advertência, última tentativa de desencorajá-la, colocada aos seus teimosos dez anos de idade: “Mas então você vai lá [à escola] sozinha! Ela foi”.(MOTTA, 1988, p. 88)

No Brasil dos anos 50, as mulheres já podem estudar, trabalhar e andar na rua, porém, ainda não são totalmente livres. Os preconceitos, mais uma vez, vigiam o entorno social. “As mulheres que circulavam muito eram “rueiras” e, portanto, “má influência” para as mocinhas de família; as estudiosas eram “de gabinete” e, portanto, pouco aptas a serem “boas esposas e mães”; as que saíam com rapazes e trocavam carícias mais ousadas eram “programistas” e fadadas “a não se casar”.

Nessa linha de raciocínio segue-se o próximo capítulo em que serão abordadas questões ligadas a participação feminina na luta política do mundo e no Brasil. Tema que tal qual os citados a cima inibem a presença feminina de maneira plena na sociedade por, em muitos momentos ser considerado um setor masculino.

De acordo com Prado e Franco (1998), em 1959, pós Revolução Cubana, espalhou-se pela América Latina a ideia de que um grupo de jovens poderia iniciar uma revolução social que, num segundo momento, ganharia respaldo popular. Essas



revoluções, pós Guerra Fria, geraram medo e fizeram vários países, sob a doutrina de Segurança Nacional⁶, a implantarem ditaduras.

Paralelo a isso, o mundo vivia a “Revolução das Mulheres”. O chamado feminismo de “Segunda Onda”, assim denominado para diferenciar-se do movimento sufragista do início do século XX, começava a se fazer ouvir e a ganhar muitos adeptos:

No Brasil, o movimento feminista que ressurgira timidamente após o término da Segunda Guerra Mundial, acompanhando uma tendência mundial, ganhou força nos anos 1960 ao lutar para garantir o acesso das mulheres às profissões de classe média, às universidades e ao reivindicar para elas salários iguais aos dos homens, além de uma maior participação na política. A partir de 1968, principalmente, outras bandeiras passaram a ser incorporadas com vigor pelas feministas: o direito das mulheres sobre o próprio corpo (anticoncepção, aborto), o fim da violência doméstica e sexual e a possibilidade de frequentar todos os lugares públicos. (PRADO; FRANCO, 1998, p.440)

Com o Brasil mergulhado na Ditadura, qualquer debate ou mudança social era inviável. E os movimentos de contestação ao regime, por sua vez, estavam mais preocupados com “questões gerais” do que com os direitos das mulheres. Para Prado e Franco (1998), primeiro deveria acontecer uma transformação no sistema econômico (eliminação da exploração nos moldes capitalistas), para depois serem realizadas mudanças que atingissem a cultura e as desigualdades de gênero e raça.

Mesmo com as dificuldades, os avanços do feminismo no Brasil e no mundo, contribuíram para que muitas brasileiras optassem por se engajar em organizações de resistência ao regime, inclusive, em movimentos que pregavam a luta armada, as mulheres que participavam deste último, eram as chamadas guerrilheiras.

Como o movimento estudantil foi um dos focos de resistência a alimentar os quadros das organizações clandestinas de esquerda, é possível pensar que a entrada de um número importante de mulheres na universidade explique porque as organizações da esquerda armada e da nova esquerda em geral tiveram um número maior de mulheres participantes do que os partidos tradicionais de esquerda, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PSB (Partido Socialista Brasileiro) naquele período. (PRADO; FRANCO, 1998, p.440)

Mesmo lutando pelos mesmos ideais, não era fácil para as mulheres serem tratadas como iguais. A discriminação de gênero podia vigorar até em movimentos ditos revolucionários. Nas palavras de Che Guevara, apresentadas por Prado e Franco (1998,

⁶A doutrina da segurança nacional é uma simplificação drástica do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo. A política, para os teóricos da segurança nacional, seria a continuação da guerra por outros meios. **Ideologia da Segurança Nacional no Brasil durante a ditadura militar.** Disponível em: http://www.sbdp.org.br/ver_monografia.php?idMono=17 Acesso em: 25/06/2014



p. 442) uma das grandes inspirações dos grupos guerrilheiros que se formaram em muitas partes da América Latina, na guerra de guerrilha:

A mulher tem um papel importante em questões médicas como enfermeira, e até mesmo como médica, com uma gentileza que é tão apreciada em momentos em que um homem está desamparado, sem conforto, talvez sofrendo dor severa e exposto aos muitos perigos de todos os tipos que fazem parte deste tipo de guerra.

Che ainda menciona os papéis de professora, mensageira, cozinheira, entre outros. Ou seja, para ele e muitos líderes guerrilheiros da época, as mulheres deveriam manter-se concentradas nas tarefas de cuidado, extensão daquelas tradicionalmente realizadas no âmbito familiar.

De acordo com Merlino e Ojeda (2010), durante o regime militar de 1964, as mulheres foram protagonistas, como militantes de resistência e como organizadoras da sociedade civil para o retorno do país à democracia. O golpe institucionalizou a detenção, a prisão e o sequestro, o banimento e a tortura, os assassinatos, deixando mortos e desaparecidos políticos, uma legião incontável de militantes.

Homens e mulheres, presos e torturados e histórias de vida truncadas. A política de repressão é praticada quando o poder político, aliado ao poder policial e militar, outorga-se o direito sobre o corpo, a mente, a vida e a morte dos cidadãos. Exercer continuamente atos que sustentam essa política é um gesto que, aos poucos, torna-se sobre-humanamente desumano, e apaga, devagar, a repugnância inata ao crime. (MERLINO; OJEDA, 2010, p.28).

Os militantes que permaneceram no Brasil lutando contra a Ditadura, tornaram-se todos clandestinos políticos, essa era a única forma encontrada para continuar lutando. Para isso, muitos familiares e amigos desses militantes permaneceram muito tempo sem respostas, pois quem militava, não contava sobre sua identidade, profissão, por exemplo. Segundo Melino e Ojeda (2010), eram homens reservados e mulheres discretas. Quando algum militante morria, muitos familiares ou até mesmo os próprios filhos, ficavam sabendo apenas meses depois.

Esse anonimato desconcertante, e um jeito evasivo de ser, foi passando para os filhos, e certamente ficou inscrito como uma sensação indizível e, por isso, tornada inesquecível. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país, foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negas, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer



com nomes frios, como indigentes, nenhum nome, os NN. (MERLINO; OJEDA, 2010, p.28).

Todos esses fatos permanecem vivos na memória dos militantes e seus familiares. Atualmente, alguns militantes e ex-presos políticos conseguem partilhar suas experiências e lutas. Entretanto, alguns preferem não se manifestar. Preferiram manter o silêncio e os medos sobre as próprias experiências.

3. MÍDIA, ESTEREÓTIPOS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Há muitas formas de praticar violência contra a mulher. A tortura, como mencionado nos capítulos anteriores, era a forma mais utilizada para humilhar e destituir a mulher na Ditadura Militar. Entretanto, há outras formas de violentar as mulheres, e a violência simbólica é uma delas. O criador do termo foi o filósofo francês Pierre Bourdieu. Em seu livro, “O poder simbólico”, Bourdieu afirma que os sistemas simbólicos – Estado, família, religião, escola e os meios de comunicação, são responsáveis pela reprodução cultural de valores que distinguem e, muitas vezes, impõem a superioridade ou a inferioridade de uma raça, classe social ou gênero.

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999, p.7-8)

Conforme Lira e Veloso (2008), a reprodução do discurso dominante implica na exclusão do discurso dominado. No caso da violência simbólica realizada pela mídia, a mulher, como comprova toda a História, é submetida a reproduzir o discurso patriarcal dominante. Ainda de acordo com as autoras, essa violência simbólica confere poder aos Meios de Comunicação em reproduzir esse discurso que relega uma posição de subalternidade à mulher, apresentando-a como inferior ao homem. Dessa forma, pode servi-lo como seu objeto de prazer e de consumo ideológico (fetiche), sexual.

Muitos profissionais da comunicação e a própria sociedade – acostumada, infelizmente, com os estereótipos – talvez não perceba ou não considere tão grave todas



as violações que as mulheres sofrem nas páginas de jornais, nos informes publicitários ou na própria televisão. Essas violações, seja com imagens, frases ou apologias, não corresponde ao seu verdadeiro lugar na sociedade. Um fator ainda mais preocupante, apontado pela autora, é que os jovens e as crianças, mais vulneráveis ainda, têm sua percepção de mundo já moldada pela seleção dos meios de comunicação.

A violência simbólica, afirma Moreno (2013), vai ao encontro da criação de estereótipos de gênero na sociedade, que desvalorizam as mulheres ao reduzi-las a um papel limitado, ao de dominadas. Um exemplo disso é apresentar as mulheres apenas como cuidadoras da família, donas de casa e objetos sexuais, o que acaba afetando a percepção pública da realidade. Na questão da mídia, e, principalmente na publicidade, as mulheres são utilizadas para promover produtos cosméticos e de beleza.

De acordo com Moreno (2013), o impacto dessa exaustiva repetição dos mesmos e velhos estereótipos, influencia e limita a percepção tanto de homens quanto de mulheres sobre as possibilidades de ambos, a complementariedade e similaridade nos seus papéis sociais. A utilização da mulher como se fosse um produto nas campanhas publicitárias fez com que a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas, realizada em Pequim, em 1995, denunciasse a situação. A Declaração interpelou os proprietários dos meios de comunicação e profissionais para que eles desenvolvam e adotem códigos ou pautas para promover uma apresentação melhor e mais correta das mulheres nos meios de comunicação.

A mídia atinge a população contribuindo para a formação da subjetividade de homens, mulheres, crianças, ajudando a compor a imagem introjetada dos papéis sociais, da aparência, dos sonhos e desejos, da posição a tomar em caso de alguma informação política. A mídia representa, muitas vezes, a única ou principal fonte de informação – e de formação de opinião – da sociedade. Moreno (2013).

Lira e Veloso (2008) defendem que quando a sociedade naturaliza a violência permite a expansão da desigualdade entre os gêneros. A violência que se faz referência aqui não é apenas a física, mas também a discursiva que cerceia a democracia em um campo limitado, impedindo também comunicacionalmente sua expansão.

Tremblay, citado por Moreno (2013, p. 64), coloca que não é fácil admitir que a mídia poderia tratar as mulheres políticas de forma sexista. Com isso, é possível questionar a teoria da responsabilidade social da imprensa. Dessa forma, esta estaria falhando em seu papel de guarda da democracia. Esta visão coloca a objetividade como

um postulado, e questiona a compreensão que cada jornalista/editor das relações sociais de gênero.

4. A MULHER COMO OBJETO: ANÁLISE DOS DADOS

A Figura 2, “São os grandes dias do Ibirapuera”, aborda as reformas pelas quais o parque passou a fim de oferecer maiores opções de diversão aos visitantes. Na matéria, nenhuma referência é feita às mulheres. No entanto, na legenda da imagem utilizada pelo jornal, entre flores e carros, está uma mulher sorridente. A legenda diz o seguinte: “Automóveis, flores e bonitas recepcionistas são as grandes atrações deste parque que está renascendo”.

A escolha do adjetivo atração para se referir a recepcionista, reforça o estereótipo da mulher objeto, colocando-a como se fosse algo e não alguém, e estivesse pronta para um espetáculo. No dicionário o termo atração representa o ato de ficar atraído ou atrair outra pessoa podendo ter motivos emocionais, físicos ou psicológicos. Nesse caso, a imagem da mulher sorridente como ilustração da matéria age de forma a convidar uma plateia para ir assisti-la, como se ela não possuísse sentimentos e estivesse ali apenas para servir de espetáculo.

Dentro do jornalismo, os editores e jornalistas são responsáveis pelo que será veiculado, ou seja, são eles que têm o domínio da informação que chegará aos leitores. Portanto, o uso do adjetivo “atração” foi de escolha de quem publicou a nota. Dessa forma, conforme aponta Bourdieu (1997), o jornalismo propicia um cenário de

dominação e de violência simbólica, por meio de seu discurso/linguagem na medida em que as mulheres, nessa matéria específica, foi igualada a automóveis e flores.



Figura 2: “São os grandes dias do Ibirapuera”



Fonte: O Estado de São Paulo – 20 de dezembro de 1968

O ano de 1968 é conhecido historicamente no Brasil e no mundo como um dos piores da Ditadura. Foi nesse mesmo ano que o Ato Institucional número 5 foi promulgado. O AI-5 durou dez anos, até 1978, e concedia poderes absolutos aos generais, podendo eles assim assumir as funções ou cassar e governar no lugar de deputados federais, estaduais e vereadores. Além disso, o general podia suspender os direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro. Um dos decretos mais severos foi a proibição de manifestações populares de cunho político, seja organizada por sindicatos ou organizações estudantis. A censura também atingiu jornais, revistas, livros, músicas e peças de teatro.

Quatro dias após a publicação do documento, um dos mais duros da Ditadura, o general Costa e Silva faz um discurso durante a formatura de uma turma da Escola Militar de Engenharia no Rio de Janeiro. Em sua fala, retratada na matéria “Costa faz dura advertência”, conforme mostra a figura 3, o general destacou que as famílias brasileiras poderiam ficar tranquilas, pois ele trabalharia a seu serviço, sempre. Entretanto, o endurecimento da fala do presidente ocorre quando afirma que não permitiria que movimentos e pessoas realizassem ações “contra-revolução”.

Enquanto Costa e Silva discursava no Rio, em Brasília, a assessoria de relações públicas do Planalto distribuía uma nota acusando vários setores da sociedade como a Igreja, os colégios e a imprensa, como propagadores dessas manifestações.

Em um dos trechos da nota, é citado o caso de um assalto a uma loja de explosivos e o furto de uma metralhadora da Ilha do Governador. Nessa nota é apresentada uma mulher como guerrilheira. Posteriormente o documento fala ironicamente: “Não era estranha a esse contexto, a jovem boliviana detida no aeroporto do Galeão, com uma metralhadora e respectiva munição”. Isto é, mesmo sem fazer referência ao algum inquérito ou informação policial, a informação é utilizada na nota

como forma de reforçar que se tratava realmente de uma guerrilheira. O jornal estava de fato reproduzindo o documento, mas não checkou com algum órgão de segurança se a informação era verídica. O tom irônico da informação fala que é compreensível a presença da moça armada no aeroporto parece indicar o estranhamento de uma mulher portando objetos que com mais facilidade vê-se em mãos masculinas.

Figura 3: Costa faz dura advertência

Essa ação iniciou-se no ano em curso, com o assalto a um depósito de explosivos em São Paulo e com o ataque, a tiros, a uma sentinela, na Ilha do Governador, a quem foi arrebatada uma metralhadora. Não era estranha a esse contexto a jovem bolyiana, detida no aeroporto do Galeão, com uma metralhadora e respectiva munição. Tudo isto estava dentro da linha preconizada pela I-COSPAL, realizada em Havana, em junho de 1967, a qual pregou a "revolução armada como o único caminho para a conquista do poder e a união de todos os subversivos", e pelo VI Congresso do PCB, reunido em São Paulo, também em 67, e cuja conclusão foi o aparelhamento do partido para a condução da guerra civil no Brasil.



Fonte: O Estado de São Paulo – 19 de dezembro de 1968

5. CONCLUSÃO

Cinquenta e um anos depois de um golpe que traçou uma nova trajetória histórica para o Brasil muita coisa mudou, especialmente ao se falar das mulheres. O público feminino conquistou o direito de frequentar o mercado de trabalho com mais liberdade, de fazer parte de partidos políticos de maneira mais consistente, mesmo que ainda não tenhamos tantas mulheres ocupando cargos públicos como seria de se prever tempos atrás.

Nesse sentido este artigo apresenta-se como atual na medida em que trata de uma violência que não é a tortura, não é física, mas é uma violência que reforçou na década de 1960 os discursos que hoje ainda são reproduzidos na intimidade dos lares, no calor de uma eleição ou mesmo em assuntos do dia-a-dia tratados pelos veículos de



comunicação do país. Ao ser delimitado como problema de pesquisa de que forma as mulheres eram retratadas no jornal impresso O Estado de São Paulo, verifica-se o apagamento da identidade feminina.

O que se percebeu ao longo da análise, foi uma invisibilidade vista a partir da violência simbólica que nos fala Bourdieu. No material analisado ficou evidente que a mulher é detentora de poder.

Com a conclusão do trabalho, verifica-se como o poder democrático fortaleceu o gênero feminino, e o quanto a sociedade tem a avançar no que tange a igualdade de gêneros. Isso porque muito do discurso visto no jornal analisado ainda é reproduzido nos veículos de comunicação atualmente. No século XXI ainda há o preconceito visto na década de 1960, e a violência simbólica dos tempos atuais parece dialogar com os discursos de materiais como os analisados por esta pesquisa.

O trabalho também propõe um debate quanto a atuação jornalística no que diz respeito a cobertura de questões ligadas à gênero e estereótipos. Pois como foi verificado nas matérias e imagens analisadas, há sim presença de estereótipos e uso de palavras e termos que reforçam o discurso da mulher objeto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Ermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Moritz Lilia (org.vol) **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. 4. vol São Paulo, companhia das letras, 2010. p. 319-409

ARNS, Evaristo Paulo. **Brasil: nunca mais: um relato para a história**. 36.ed.Petrópolis: Vozes, 2008.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da imprensa brasileira**. 4ª edição revista e aumentada. São Paulo: Ática Editora, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOLOGNESI, Bruno. **A Cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?** Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-parana-eleitoral-revista-2-artigo-1-bruno-bolognesi> Acesso em: 13 de abril de 2014.

Comissão Nacional da Verdade. **Grupo de trabalho “Ditadura e Gênero”**. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/ditadura-e-genero> Acesso em: 28 de março de 2014.



LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7ª, ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Manuela; VELOSO, Ana; **A Violência Simbólica da Mídia contra a Mulher**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, PE Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0536-1.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MACHADO, Vanderlei. **Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História**. IX Encontro Estadual de História. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1208726223_ARQUIVO_EstafaltandoEla.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2014.

MORENO, Rachel. **A Imagem da Mulher na Mídia: Controle Social Comparado**. Editora Publisher Brasil, 2013.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.vol): **História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque á Era do Rádio**. 3. vol São Paulo, companhia das letras, 2010. p. 367-421

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igo (orgs). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PRIORE, D. Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 1ª edição, Editora Planeta, 2010.

SILVA, Luciana S. **A violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico**. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) Dilemas e desafios na contemporaneidade. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/SILVA_LUCIANA_SOARES_DA.pdf> Acesso em: 12 de abril de 2014.

SODRÉ, Nelson. 1999. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad.